

**DESIGUAIS POR NATUREZA:
PERCEPÇÕES DE UM BARÃO AMAZÔNICO SOBRE
OS PENSAMENTOS ANARQUISTAS E SOCIALISTAS
NO ALVORECER DA REPÚBLICA**

Magda Ricci¹

Luciano Demetrius Barbosa Lima²

RESUMO: Este artigo analisa as percepções do historiador e político Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará). Examina também os pensamentos socialistas e anarquistas difundidos no Brasil a partir das últimas décadas do século XIX. A partir da obra *Visões do Crepúsculo* (1898), elaborada por Raiol no início da República no Brasil, este estudo analisa as críticas, as influências das experiências intelectuais (naturalista) e do pensamento cientificista desse autor, bem como suas relações com os movimentos sociais e as idéias igualitárias na virada do século XIX para o XX.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia. Socialismo. Anarquismo.

ABSTRACT: This article analyses the perceptions of the historian and politician Domingos Antonio Raiol (Baron Guajará). It also examines the socialists and anarchists thoughts distributed in Brazil since the last decades of the nineteenth century. From the book *Visões do Crepúsculo* (1898), elaborated by Raiol in the early Republic in Brazil, this study examines the criticisms, the influences of intellectual experiences (naturalist) and scientific of this author,

¹ Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas e professora do Programa de Pós-graduação em História Social da Amazônia da UFPA. Orientadora de Luciano D. B. Lima.

² Mestre em História Social da Amazônia pela UFPA. E-mail: dehistoriador@yahoo.com.br

as well as its relations with social movements and egalitarian ideas at the turn of the nineteenth to the twentieth century.

KEYWORDS: Amazon. Socialism. Anarchism.

Entre o final da Monarquia e a instituição da República no Brasil, nas últimas três décadas do século XIX, novas ideias difundiam-se. Em rigor, eram os socialistas, os anarquistas e os positivistas que competiam pela hegemonia do pensamento político nacional e disputavam terreno com os antigos liberais e com o clero renovado e ultramontano.³ Não foram poucos os intelectuais, favoráveis ou não à ordem republicana, que resolveram expressar considerações sobre esses pensamentos, divulgando-os em livros “na imprensa ou através de panfletos e folhetins”,⁴ opiniões direcionadas a essas respectivas concepções revolucionárias. Em diversas situações, as reflexões sobre as presentes ideias político-sociais logo se tornaram alvo de polêmicas entre os representantes da inteligência brasileira, pois além de receber cada vez mais atenção entre segmentos intelectuais e populares, eram vislumbradas a partir de resultados completamente distintos, alternando entre reflexões que cogitavam o caos e a desordem, ou indicadoras de uma possível saída para os problemas sociais, políticos e econômicos que assolavam o país.

³ Sobre este momento de formação nacional e o papel dos intelectuais neste contexto existem inúmeros escritos, destaque: GOMES, Ângela de Castro (org.). *A república no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira/FGV/CPDOC, 2002; FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003; LIPPI OLIVEIRA, Lúcia *A questão nacional na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990 CARONE, Edgar. *Socialismo e anarquismo no início do século*. Petrópolis: Vozes, 1996; HARDMAN, Francisco Foot. *Nem pátria, nem patrão!: vida operária e cultura anarquista no Brasil*. 2. ed.. São Paulo: Brasiliense, 1984. VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, nem civilização*. São Paulo: Annablume, 2006.

⁴ VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, nem civilização*. São Paulo: Annablume, 2006. p. 14

No momento em que diversos representantes da inteligência nacional debatiam essas concepções, alguns integrantes da extinta ordem Monárquica também resolveram explicar seus posicionamentos em relação aos pensamentos de cunho sócio-político em voga na época, a partir de variados encaminhamentos.⁵ Na Amazônia, além do clássico estudo *Monarquia e monarchistas* de Tito Franco de Almeida⁶ uma outra voz monarquista, já reconhecida, se manifestou sobre o tema: a de Domingos Antônio Raiol. Este intelectual foi historiador e político de papel relevante no contexto do Império, que mesmo distanciado das atividades político-partidárias no alvorecer da República, continuou expressando suas idéias por meio de suas obras ou na imprensa.

Nascido no município de Vigia em 1830, filho de Pedro Antônio Raiol e de Archangela Maria da Costa Raiol, ele foi vítima em sua infância dos eventos da Cabanagem, tornando-se órfão após um ataque rebelde em sua terra natal. Com apoio do primo Bernardo de Sousa Franco, uma das principais autoridades políticas paraenses no período, Raiol concluiu seus estudos iniciais em Belém e seguiu para Pernambuco, formando-se em Direito pela Faculdade de Olinda em 1854.

No início da década de 1860, após exercer a carreira de advogado na capital paraense, Raiol adentrou na carreira política, tornando-se deputado pelo Partido Liberal e posteriormente

⁵ Sobre as reações monarquistas após a República, existe o clássico estudo de Janotti, onde se ressalta a participação de paraenses como Tito Franco de Almeida. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 61. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. O diálogo convergente: políticos e historiadores no início da República. In FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 5º ed., São Paulo: Contexto, 2003. p. 119-143

⁶ ALMEIDA, Tito Franco de. *Monarquia e monarchistas*. Pará: Typographia de Tavares Cardoso & Cia., 1895. Para um estudo sobre o ultramontanismo e as relações entre o Estado e a Igreja no Pará, cujas bases e ligações têm claras interfaces com o ideário conservador de Tito Franco de Almeida ver: NEVES, Fernando Arthur de Freitas. *Solidariedade e conflito. Estado Liberal e Nação Católica no Pará sob o pastorado de Dom Macedo Costa (1862-1889)*. Tese de doutoramento em História Social. PUC-SP, 2009 http://www.sapientia.pucsp.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=10554

presidente provincial em Alagoas (1882), Ceará (1882), e São Paulo (1883). Nesse mesmo período foi agraciado como o título de Barão de Guajará, consolidando sua proximidade com o Império, regime que se manteve fiel mesmo após 15 de novembro de 1889, abandonando o cenário político nacional com o início da República.

Autor de diversos livros e artigos, Raiol debateu através de seus escritos, os mais variados temas políticos, sociais e econômicos, em muitos momentos através de um “discurso aristocratizado aplicado à organização e à explicação da formação sócio-histórica do Brasil”.⁷ Suas principais obras foram: *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*⁸ (estudo publicado em cinco tomos entre 1856 e 1890), *O Brasil Político*⁹ (1858), *Abertura do Amazonas*¹⁰ (1867), *Visões do Crepúsculo*¹¹ (1898) e *Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni*¹² (1900).

O pensamento político-social do Barão de Guajará está expresso em cada um desses livros, artigos, discursos e relatórios provinciais. Nessas obras, Raiol fundamentou o modelo de estado que acreditava ser o mais propício para o Brasil, considerando a Monarquia Liberal como a forma mais legítima de governo, pois

⁷ COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993. p. 19

⁸ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

⁹ RAIOL, Domingos Antônio. *O Brasil político*. Belém: Tip. do Diário do Comércio. 1858.

¹⁰ RAIOL, Domingos Antônio. *Abertura do Amazonas*. Tip. do Jornal do Amazonas, Belém. 1867.

¹¹ RAIOL, Domingos Antônio. *Visões do Crepúsculo – A Revista – Magazine ilustrado*. Belém: Alfredo Silva & Cia. 1898.

¹² RAIOL, Domingos Antônio. *Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni*. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, 1º volume, 3º fascículo, Imprensa Oficial, Belém, 1900.

segundo ele: “habitados como estavam os brasileiros a viver sob a influência do regímen monárquico, conhecendo seus vícios e virtudes, que outro govêrno poderiam êles adotar, que mais garantia e segurança lhes oferecesse?”¹³ Vale ressaltar, que no pensamento desse autor, a pátria brasileira deveria ser analisada pelos olhares atentos dos princípios políticos liberais, pois uma das responsabilidades do homem público e do cidadão em geral consistia na abnegação em favor do Império, ocasionando frutos econômicos, sociais e intelectuais. Assim, desde o início de sua carreira política como deputado no Rio de Janeiro durante a década de 1860, Raiol filiou-se às propostas do Partido Liberal, tornando-se também defensor do projeto de Abertura do Amazonas à livre navegação internacional,¹⁴ que segundo ele, iria “facilitar as vias de comunicação, desenvolver o commercio, estimular a industria, diminuir as distancias com auxílio do vapor e augmentar as fontes de riqueza publica”.¹⁵

Dessa forma, para o deputado Domingos Antônio Raiol, o apoio às propostas liberais-capitalistas, representavam em seu conjunto formas de contribuir para o “engrandecimento” do Império, cujas principais ações, deveriam também estar voltadas para a defesa do desenvolvimento do “comércio, a indústria, a arte, a agricultura”,¹⁶ em todas as províncias. Além disso, para propiciar

¹³ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. 1. Op. Cit. p. 108

¹⁴ Implementado através de um decreto de 7 de dezembro de 1866, apoiado em grande parte pelos deputados pertencentes ao Partido Liberal, o projeto de Abertura do rio Amazonas a livre navegação internacional contribuiu entre outros aspectos para a expansão econômica da região, com a introdução sistemática de navios a vapor de diversos países. Ver: BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, producções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866. MEDEIROS, Fernando Sabóia de. *A liberdade de navegação do Amazonas; relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

¹⁵ RAIOL, Domingos Antônio. *Sessão de 18 de julho de 1866*. IN: *Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, quarto ano da duodecima legislatura, Sessão de 1866*, tomo III. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1866. p. 182

¹⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos*. Vol. III. Op. Cit. p. 1006

o crescimento econômico, a Monarquia deveria apoiar a expansão comercial, pois segundo o Barão, foi durante o período colonial, com a ausência de “concorrência no mercado”,¹⁷ sistema no qual os portugueses “monopolizavam as transações, compravam e vendiam pelo preço e cláusulas que estipulavam”,¹⁸ que boa parte da população nativa era explorada, fato que favorecia a difusão da pobreza na região amazônica, pois os privilégios da minoria lusitana acabavam por exaurir os “mananciais da prosperidade pública e particular, só engrandecidos pelas leis econômicas das teorias liberais”.¹⁹

Nos últimos anos do regime Imperial, Raiol, através de sua obra *Motins Políticos*, elaborada e publicada ao longo de mais de duas décadas (1865-1890), já alertava para possíveis ameaças no futuro, que seriam ocasionadas pelas camadas populares, denominadas por ele de turbas. Essas ações, segundo ele, poderiam gerar um clima de anarquia e desestabilizar a economia:

Não haja ilusão, a anarquia é um mal que geralmente afeta a todo o corpo social. [...] falseando o caráter nacional, perturbam as relações sociais, enfraquecem a união benéfica das famílias que constituem os povos, e êstes não poderão nunca desenvolver-se, privados que sejam da paz comum e fraternal, que os deve aviventar à sombra da lei fazendo medrar, no mútuo respeito e confiança, o comércio, a indústria, a arte, a agricultura, todos os ramos enfim da atividade humana.²⁰

Através dessas palavras, pode-se perceber o modelo institucional e econômico defendido por Raiol que concebia que as ações desencadeadas pelas camadas populares não representavam nenhum benefício para a sociedade, mas somente destruição e atraso. Político comprometido com a extinta

¹⁷ Ibidem. Vol. II. p. 734

¹⁸ Ibidem. Vol. II. p. 734

¹⁹ Ibidem. Vol. II. p. 735

²⁰ Ibidem. Vol. III. p. 1005-1006

ordem monárquica, ele não reconhecia as reivindicações das camadas populares, atribuindo às ações desses grupos sociais um propósito de instabilidade social, pois, ao almejarem romper com o “status quo” colocavam em risco a própria possibilidade de desenvolvimento da província. Através dessas palavras, o Barão de Guajará deixa transparecer o caráter conservador de seu pensamento, no qual as lutas populares, além da suposta “ameaça” à ordem político-social também se constituíam em movimentos que colocavam em risco a própria existência da propriedade privada, uma das principais bases do sistema capitalista.

Mesmo com o início da República, Raiol manteve-se fiel às concepções político-sociais que professava, defendendo a legitimidade do extinto Império e continuando a criticar as supostas ameaças à ordem vigente. Em sua leitura da sociedade nacional, deixava transparecer no campo político-social, opiniões em defesa da manutenção da ordem e da propriedade privada, rechaçando qualquer perspectiva de caráter igualitário. Foi com esse espírito, que o Barão de Guajará publicou em 1898 o livro *Visões do Crepúsculo*, um dos mais diferenciados estudos desse autor, portador de diversos “artigos sôbre a guerra, paz armada, igualdade dos homens como lei natural, fenômenos radiantes da atmosfera”,²¹ esse livro se caracteriza por abordar temas que levantavam discussões na época.

Por outro lado, embora não tenha sido a última narrativa de Raiol, o referido estudo possui um tom melancólico, no qual esse historiador expressava os rumos que o Brasil e o restante da humanidade estavam tomando na virada do século XIX. Na página inicial desse livro, o Barão deixa claro que a realização de seus escritos não possuía nenhuma ambição de “competência literária”,²² mas se tratavam dos ensinamentos de

²¹ RAIOL, Domingos Antônio. Apud RÊGO, Clovis da Silva de Moraes. Obras de Domingos Antônio Raiol. In: *Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará*. Tomo XII, Belém: SECD, 1981. p. 3

²² RAIOL, Domingos Antônio. *Visões do Crepúsculo*. IN: RAIOL, Domingos Antônio. *Obras de Domingos Antônio Raiol*. Op. Cit. p. 381

“um sexagenário, prestes a fazer as suas últimas despedidas do mundo, sem mais apegos às ilusões da vida”.²³

Essa atitude aparentemente pessimista frente ao futuro e à própria velhice, era fortalecida nas considerações sobre vários acontecimentos históricos desencadeados no final do século XIX, como por exemplo, no tocante ao agravamento dos conflitos armados entre as potências da época, para os quais Raiol utilizava argumentos “apocalípticos”, afirmando que o “aniquilamento é a lei geral da criação, e nada pode eximir-se deste imperioso decreto da Providência”.²⁴ É possível que parte desse negativismo presente em *Visões do Crepúsculo* também fosse fruto da não aceitação de Raiol ao estabelecimento da República no Brasil, pois em diversas passagens desse livro, o Barão deixava entrever argumentos que indiretamente pareciam investir contra o novo regime, expressando, por exemplo, que “ambiciosos vulgares, entre os quais repartiam os empregos e dinheiros públicos, invocando sempre o patriotismo, para não perderem o vezo dos aventureiros políticos!”.²⁵

Além de portar essas características, o livro *Visões do Crepúsculo* também possui em suas páginas finais, diversos argumentos desse historiador, direcionados às propostas igualitárias e anticapitalistas pertencentes às concepções anarquistas e socialistas, que penetravam de forma cada vez mais sistemática no Brasil a partir da Europa, palco da “formação de partidos proletários”,²⁶ e da organização da “Primeira Internacional (1864-1876)”.²⁷ Contudo, antes de analisar as opiniões do Barão de Guajará em relação a esse tema, é importante conhecer de forma mais substancial algumas das principais propostas pertencentes a essas ideologias, e como as mesmas penetraram em território nacional nas últimas décadas do século XIX, aspectos a serem observados no tópico a seguir.

²³ Ibidem. p. 381

²⁴ Ibidem. p. 385

²⁵ Ibidem. p. 387

²⁶ FERREIRA, Jorge Luiz. FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). *A formação das tradições (1889-1845)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007. p. 142

²⁷ Ibidem. p. 142

Origens e difusão dos ideários socialistas e anarquistas no Brasil

Apesar de alguns estudiosos atribuírem uma origem mais remota para o chamado socialismo moderno, chegando a enumerar nomes como o revolucionário francês Gracchus Babeuf, defensor em fins do século XVIII da chamada “Conspiração dos Iguais”, movimento que “propunha uma nova revolução – ‘a última, a definitiva’ –, que extinguiria o direito a propriedade privada da terra e firmaria o princípio [...] de que o direito à propriedade era sempre limitado pelo interesse da sociedade”.²⁸ Foi somente no início do século XIX, através das teorias e práticas de homens como Robert Owen, Saint-Simon e Charles Fourier, que essa concepção tornou-se efetivamente alvo de polêmicas e discussões a partir da Europa e dos EUA, atingindo grande parte do mundo ocidental. Para os defensores do chamado “Socialismo Utópico”, a transformação social deveria ser concretizada a partir da implementação de melhorias sociais para os trabalhadores, que precisariam ser impostas “à sociedade de cima para baixo, por desinteressados membros das classes superiores. Era possível, acreditavam eles, induzir a burguesia a agir contra seu interesse próprio”.²⁹

Algumas décadas após a ação dos socialistas utópicos, os estudiosos alemães Karl Marx e Friedrich Engels, iniciaram através da publicação da obra *Manifesto Comunista* (1848), a defesa de outra vertente do pensamento socialista, que ficou conhecida como *socialismo científico*. Através desse e de outros estudos, esses intelectuais almejavam mostrar, “com certezas [...] da ciência, que o capitalismo e a burguesia engendraram – no curso quase ‘natural’ da história – o sistema e a classe que tomarão seu lugar,

²⁸ KONDER, Leandro. Idéias que romperam fronteiras. In: PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.). *História da Cidadania*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003, p. 171

²⁹ WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e autores da história*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das letras, 1986. 154

após renhida e violenta luta: o comunismo e o proletariado.”³⁰ Por meio dessa lógica, o *socialismo científico* objetivava superar as propostas dos utópicos e defender como principais saídas contra o capitalismo burguês, a revolução e o estabelecimento da ditadura do proletariado, na qual os trabalhadores passariam a controlar o estado, e impor, posteriormente o comunismo.

No mesmo contexto do século XIX, em que as várias correntes socialistas se difundiam em solo europeu, outra ideologia social chamada *Anarquismo* ganhava força naquele continente. Originado a partir do termo grego *anarchia*, que significa “ausência de autoridade”, o pensamento anarquista tinha entre seus principais teóricos o russo Mikhail Bakunin e o francês Joseph Proudhon, ele se apóia no “conteúdo humanista do Socialismo, na destruição do Estado e da propriedade e na criação de associações voluntárias de caráter intenacional”.³¹ Por meio dessas concepções o pensamento anarquista passou a representar uma outra via social-revolucionária, contrapondo-se ao modelo Socialista proposto por Marx, ao opor-se à formação de qualquer forma de modelo estatal, e recebendo a adesão de um grande número de trabalhadores e intelectuais no velho continente.

No Brasil, região que durante séculos se constituiu em domínio português na América, e que, ainda em sua fase colonial, havia sido “palco” de alguns movimentos possuidores de supostas pretensões “igualitárias”, como a “Conjuração dos Alfaiates em 1798”,³² ou mesmo a “Inconfidência Insurrecional de Pernambuco de 1817”.³³ Os pensamentos sócio-revolucionários só começaram a ser difundidos de forma sistemática no Segundo Reinado, quando a antiga colônia lusitana já havia alcançado a independência política, ocasionando as primeiras discussões

³⁰ MARX, Karl. ENGELS, Friedrich, *O Manifesto comunista: comentado por Chico Alencar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

³¹ VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, nem civilização*. Op. Cit. p. 76

³² CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. 2ª ed., Fortaleza; Rio de Janeiro: UFC; Civilização Brasileira, 1981. p. 17

³³ *Ibidem*. p. 17

entre os representantes das elites Imperiais nacionais. Naquele contexto um dos estudos iniciais publicados sobre o tema no país, foi elaborado em 1852 pelo General e político Abreu e Lima, com o título *O Socialismo*, livro que objetiva analisar esse pensamento desde as supostas origens na antiguidade até a primeira metade do século XIX, quando autores como “Fourier [...] Saint-Simon [...] Owen”³⁴ transformaram-se em grandes defensores e divulgadores dessas concepções.

Entretanto, mesmo com algumas incursões sobre esses pensamentos revolucionários no início do Segundo Reinado, foi somente nas últimas décadas do século XIX, com o fluxo intenso de imigrantes italianos, portugueses, espanhóis etc. Destinados às “duras condições de trabalho”³⁵ nas fazendas de café, ou inseridos nas “péssimas condições de trabalho”³⁶ nas primeiras fábricas brasileiras, que essas concepções, símbolos da resistência social contra o estado de exploração econômico-social, começaram a envolver, em reflexões mais profundas, parte considerável da população nacional.

Contemporaneamente ao desembarque de imigrantes no Brasil em fins do século XIX, alguns órgãos de imprensa começaram a divulgar idéias socialistas e anarquistas, o primeiro que se tem notícia foi o “jornal republicano recifense ‘O seis de março’ em seu número 17, em março de 1872”,³⁷ responsável por publicar “um artigo sobre a vida e obra de Marx, traduzido da revista ‘Ilustração Espanhola’”.³⁸ Além disso, no meio acadêmico foi “Tobias Barreto o primeiro intelectual brasileiro a analisar Marx em discurso de colação de grau dos bacharéis em 1883”.³⁹

³⁴ LIMA, Abreu e. *O Socialismo*. Recife: Typographia Universal, 1852. p. 8

³⁵ SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil: (Origens, cisões e propostas)*. 2ª Ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987. p. 14

³⁶ Ibidem. p. 14

³⁷ Ibidem. p. 15

³⁸ Ibidem. p. 15

³⁹ Ibidem. p. 15

No início do regime republicano, a difusão dos pensamentos socialista e anarquista tornou-se ainda mais intensa no Brasil, pois além do fluxo cada vez maior de imigrantes europeus, a “ausência de um projeto coletivo, desvendada pela República, pôs em cheque as idéias liberais que eram o centro de atenção da vida intelectual”,⁴⁰ contribuindo para a intensificação da propaganda de concepções “socialistas, anarquistas e positivistas”,⁴¹ que passaram a competir “pela hegemonia do pensamento político brasileiro”.⁴² Dessa forma:

Atuando em campos ideológicos diversos, grupos de intelectuais discutiam os problemas nacionais e divulgavam suas idéias na imprensa ou através de panfletos e folhetins; é o caso dos [...] anarquistas, dos socialistas e dos literatos em geral. [...] Por outro lado, a questão operária era tema de grande atualidade, e vários intelectuais se diziam socialistas ou simpáticos aos ideais de esquerda. O movimento anarquista chegou a agregar nomes como Silvio Romero, José Veríssimo, Curvelho de Mendonça, Pedro do Couto, Silva Marques, Pereira da Silva e Rocha Pombo.⁴³

Vale ressaltar que a aproximação de parte da inteligência nacional aos ideários socialista e anarquista “não significa necessariamente que esses intelectuais aderissem à militância no campo social e político; sugere, porém que essas idéias exerciam sobre eles forte atração”.⁴⁴ Além disso, as leituras do Socialismo e Anarquismo realizadas por esses estudiosos, em diversos momentos misturavam-se com outras concepções cientificistas em voga no período.

Ademais, a difusão cada vez maior desses pensamentos sócio-igualitários no meio intelectual brasileiro a partir de 1870, também

⁴⁰ VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, nem civilização*. Op. Cit. p. 14

⁴¹ Ibidem. p. 14

⁴² Ibidem. p. 14

⁴³ Ibidem. p. 14-15

⁴⁴ Ibidem. p. 15

estava ligada ao contato desses estudiosos com o Cientificismo,⁴⁵ pois as idéias socialistas e anarquistas também integravam o “conjunto” de pensamentos recepcionados pela inteligência nacional da época como o evolucionismo e o positivismo. Além disso, a recepção de concepções que contestavam o modelo de capitalismo-liberal hegemônico na época, forneceu instrumentos para as mais variadas interpretações, coexistindo desde manifestações de apoio, como também críticas extremadas.

De um lado as ideias positivistas, socialistas e libertárias, que vinham em uma época da República e da abolição da escravidão, de outro, o fim de um velho mundo onde a hierarquia e a ordem eram mantidas e sustentadas pelo liberalismo e o cientificismo. É preciso analisar melhor como os homens desta velha ordem, como Raiol, em seus medos e impasses, reagiram à estas mudanças.

Um barão e as ideias igualitárias

O perigo da apregoada igualdade dos socialistas insensatos está na partilha forçada que eles pretendem fazer dos bens alheios, sem pesar-lhes o menor encargo, nem mesmo o de trazer à colação o que tenham adquirido com sua indústria e trabalho, porque desconhecem uma e outra coisa. Ociosos, aborrecem a ocupação

⁴⁵ Desenvolvido na segunda metade do século XIX, a partir da Europa e dos EUA, o cientificismo/naturalismo se caracteriza pelo uso na história e literatura, de pensamentos e conceitos pertencentes ao mundo científico. Assim, por meio da inserção de idéias científicas e doutrinas filosóficas, como o pensamento dialético de Hegel, o positivismo de August Comte, o socialismo científico de Karl Marx e Friedrich Engels, o evolucionismo de Spencer e Charles Darwin e o determinismo de Hypolite Taine, muitos intelectuais brasileiros acreditavam que poderiam encontrar soluções para problemas nacionais e aproximar seus escritos da racionalidade científica. Ver: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993. POLIAKOV, Leon. *O Mito Ariano – Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva/USP, 1974. SKIDMORE, Thomas E.. *O Preto no branco – Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

e querem não obstante a sua inação, equiparar-se aos que com habilidade, esforço e economia acumulam fortunas mais ou menos consideráveis!⁴⁶

O escrito acima consta no livro *Visões do Crepúsculo*. Nele está claro que Raiol reconhece o novo mundo, sua nova “indústria e trabalho”. Contudo, nele também está claro que os socialistas, para Raiol, pregariam a “inação” e a “ociosidade”. Nada mais avesso ao pensamento de um Barão pertencente a uma extinta monarquia liberal-capitalista, defensor da “aristocracia como o governo dos melhores”,⁴⁷ que as concepções igualitárias defendidas pelos pensamentos: socialista e anarquista. Como interlocutor do ideário liberal na Amazônia, Raiol não aceitava essas ideias.

Em *Visões do Crepúsculo*, Raiol demonstrava inicialmente sua insatisfação em relação aos rumos que a política mundial e brasileira havia tomado com a disputa Imperialista e a Proclamação da República. Para esse autor, a ordem social estava atrelada ao *status* de nobreza atrelado aos saberes e educação que a condição de nascimento e o conhecimento estabeleciam. Defensor do pensamento liberal e do regime Monárquico, caracterizados respectivamente pela igualdade perante a lei, e pela democracia e cidadania censitária e com nobiliarquia, Raiol não aceitava a nova difusão de concepções consideradas “perniciosas” e “inconcebíveis” à ordem social instituída, colocando em risco, os tão sonhados ideais “civilizatórios”. Nesse sentido, havia no pensamento de Raiol uma interpretação ímpar dessas ideologias. Para justificar seus argumentos, o Barão misturava elementos e valores da aristocracia Imperial com o pensamento científico de finais do século XIX. Favorável à Monarquia, mesmo após o início

⁴⁶ RAIOL, Domingos Antônio. *Visões do Crepúsculo*. Op. Cit. p. 400

⁴⁷ RAIOL, Domingos Antônio. O Brasil Político. In: *Obras de Domingos Antônio Raiol*. p. 181

da República, no pensamento desse autor ainda subsistiam muitos resquícios da “teoria do direito natural”. Nele, a ordem cósmica e social era concebida como “sagrada e imutável”⁴⁸.

Para o Barão do Guajará, era ameaçadora a difusão de idéias consideradas “perniciosas” e propagadoras da anarquia, como o Socialismo e o Anarquismo. Contra essas concepções, Raiol fazia uso de variados argumentos, utilizando inclusive, de exemplos provenientes das ciências naturais e biológicas, para tentar comprovar uma suposta desigualdade “inata” entre os seres humanos:

Ninguém se iluda: na desigualdade é que está a lei natural que preside as evoluções do mundo físico e moral. Por mais que brotem e vicelem no mesmo solo, as flores diversificam na forma, na côr, no aroma, na beleza e no tamanho, como os arbustos do prado, como os peixes do mar, como as aves no bosque, como as conchas nos areais da praia. A natureza é imutável e original nas suas maravilhosas criações: - não tem debuxos que lhe sirvam de modêlos em tantas obras de admiração e enlêvo. Os corpos inorgânicos e inanimados também variam, salvos, os raros pontos de semelhança que os aproximam.⁴⁹

Esses argumentos do Barão, influenciados pelo pensamento Cientificista, em voga nas últimas décadas do século XIX, se constituem em exemplos perceptíveis, não apenas da defesa de uma sociedade desigual e hierárquica, mas também de que essa concepção, já difundida amplamente naquela época, por diversos intelectuais e grupos socialistas e anarquistas no Brasil, era considerada uma anomalia, não apenas política ou social, mas que também contrariava a própria natureza.

Raiol não aceitava as mudanças que entendia como radicais, criticando duramente os partidários dessas ideias. Assim,

⁴⁸ VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 12

⁴⁹ RAIOL, Domingos Antônio. *Visões do Crepúsculo*. Op. Cit. p. 401

utilizando-se de sua erudição, o Barão de Guajará condenava qualquer ideologia que pregasse o fim da propriedade, por considerá-la ameaçadora dos ideais de progresso e propagadora da anarquia:

Inimigos do trabalho, os socialistas desvairados acreditam ou fingem acreditar no comunismo, pregando que a propriedade é um roubo, a igualdade um direito natural! E há quem se faça arauto de semelhante doutrina, como se os labôres do homem ativo e empreendedor não devessem ser remunerados, como se não subsistisse a diversidade de tipos no gênero, na espécie, na família de todos os sêres da criação!⁵⁰

Utilizando-se da conhecida frase do pensador anarquista Joseph Proudhon, “a propriedade é um roubo”, com o intuito de explicar e criticar a lógica do pensamento igualitário, Raiol parecia não se preocupar com as diferenças existentes entre as diversas doutrinas igualitárias. Em sua opinião, o mais importante era descrever outra forma de diversidade, aquela que permeia a vida humana nos mais variados aspectos físicos, sexuais, familiares, intelectuais e particularmente econômicos. Seu argumento, é que, romper com qualquer uma desses “pilares” estabelecidos, significava ir contra a própria “natureza” do homem, originalmente “desigual”.

Além de criticar as idéias socialistas em seus princípios igualitários, Domingos Antônio Raiol enaltecia a figura do burguês capitalista, chamando o mesmo de empreendedor, trabalhador, enquanto os partidários destas concepções eram considerados por esse autor como “inimigos do trabalho”. O Barão reforçava em seu argumento a defesa de uma espécie de desigualdade natural entre os homens, e esta suposta realidade era expressa não apenas no mundo econômico e social, mas também nos campos físico e biológico:

⁵⁰ Ibidem. p. 401

É impossível a igualdade como a querem os demolidores sociais. Na mesma flôr as pétalas diferem. Idêntico princípio prevalece na humanidade. Do bêrço ao túmulo, da infância à velhice, só há incoerências e desigualdades. E nem seria de razão equiparar o homem ilustrado e trabalhador com o ignorante e ocioso, – o cidadão prestante e honrado com o malandrim e especulador, – o amigo sincero e dedicado com o falsário e traidor, – o assassino e perverso com o inocente e benfazejo. (...) Não, os homens não são iguais nem na vida, nem na morte. Não nos citem êsse falado nível do túmulo, êsses sete palmos de terra que bastam para o mendigo e para o rei. Mentira! A morte não igualiza. Na sua hora extrema, o homem que viveu com honra não pode ser igual ao que viveu com infâmia. No seu último suspiro, o que teve uma existência sossegada e alegre não pode ser igual ao que passou dias sempre amargurados.⁵¹

Em sua incansável e intransigente defesa da desigualdade humana, Raiol levava estas diferenças até no âmbito da experiência da morte. Essa argumentação do Barão de Guajará chega a ser perturbadora principalmente por deixar transparecer que em sua mente não haveria nada que pudesse tornar os homens iguais, nem mesmo a morte, onde as diferenças, segundo ele, se perpetuariam.

Através da exposição desses pensamentos, pode-se, também, perceber o quanto o início da República e a Abolição haviam gerado críticas e reflexões na mente do velho Barão. As desigualdades sociais, econômicas e políticas subsistiam, ainda que a ordem aristocrática e a hierarquia político-social Monárquica tivessem caído. No pensamento de Raiol cada vez mais, grupos sociais anteriormente excluídos começavam a resistir contra as péssimas condições de vida, como por exemplo, na Guerra de Canudos (1895-1897), encerrada um ano antes da publicação de *Visões do crepúsculo*. Assim, o que sustentaria a ordem se o velho mundo que a mantinha havia desabado?

⁵¹ Ibidem. p. 402

Além de criticar os pensamentos igualitários socialista e anarquista, fazendo uso de argumentos pertencentes às ciências naturais e biológicas, o Barão também apelava para caracteres sentimentais e religiosos em suas justificativas:

As virtudes são títulos como os sofrimentos são direitos. Ninguém se aperfeiçoa em vão; ninguém sofre inutilmente. Deus, justiceiro, recompensa a cada um segundo as suas obras e segundo as suas penas. Feliz a alma que tem a inteligência das suas dôres: para ela têm as lágrimas, linguagem e o desespero, promessas. Quem não sente que Deus nos assinala, quando nos fere, e que há certos pesares, certos tormentos inauditos, insuportáveis, horríveis, que o empenham conosco por toda a eternidade!⁵²

Evidentemente, a presença deste argumento refletia a própria condição pessoal e ideológica do Barão, que além de toda a religiosidade, creditava à vontade divina a alegria de uns e os sofrimentos de outros no meio social. A presença desse tipo de concepção é bastante sugestiva, pois propicia o entendimento de que, no pensamento de Raiol, subsistia uma visão que associava o aperfeiçoamento e o sucesso pessoal à vontade divina, muito próximo daquilo que expressou Max Weber em seu clássico *A ética protestante e o espírito do capitalismo*, para quem “alguns homens [...] são predestinados à vida eterna, e outros são fadados a morte eterna”.⁵³

Por outro lado, mesmo defendendo de todas as maneiras possíveis a desigualdade humana e econômica, o Barão do Guajará reconhecia a existência de misérias e baixos salários e a exploração burguesa, vivenciados por grande parte da população brasileira naquele contexto:

⁵² Ibidem. p. 402

⁵³ WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Talcott Parsons. São Paulo: Martin Claret, 2004. p. 79

Não contestamos que neste ou naquele país o capital seja exagerado nas suas exigências sobre o trabalho, mas êste não se acha inibido de reagir por meios regulares contra o julgo opressivo daquele. Um e outro têm direitos e interesses que se devem reciprocamente favorecer, sob pena de prejuízos certos e infalíveis. Se os operários necessitam dos capitalistas, êstes não necessitam menos dos operários. É justo, portanto que haja entre êles a conveniente compensação, do mútuo respeito e harmonia. [...] E neste propósito já se trata de melhorar as condições precárias dos operários, diminuindo-lhes as horas de trabalho com aumento razoável de salários. Recorrendo aos meios pacíficos de justa reação, êles têm conseguido mais do que os seus supostos defensores de doutrinas sanguinárias que sustentam. [...] O que não é possível esperar, por absurdo, é o nivelamento das classes sociais. A desigualdade é de lei natural; – domina em tôda a criação e não pode estar dependente dos caprichos de quem quer que seja.⁵⁴

Assim, em seu pensamento, Domingos Antônio Raiol não era totalmente contrário à adoção de algumas mudanças sociais de caráter paliativo. Ele ressaltava a necessidade de “compensações” e de mútuo respeito e harmonia entre patrões e operários. Também lembrava a necessidade de aumento de salários e melhorias nas condições de vida dos trabalhadores. Contudo, o que atormentava o Barão eram as perspectivas igualitárias e principalmente a ameaça de “desordem” que uma revolução Socialista ou Anarquista poderia ocasionar.

Nesse sentido, vivendo em uma época na qual os ideários sócio-revolucionários encontravam-se em plena difusão, na qual o operariado brasileiro influenciado por essas concepções, iniciava em algumas regiões do país, como São Paulo, movimentos de luta contra as péssimas condições de trabalho e os baixos salários, Raiol, aparentemente, vivia um contrasenso. Sua postura moralista e conciliadora parecia fora de propósito em

⁵⁴ Ibidem. p. 403

uma época Republicana e civilizatória, de um lado socialista e de outro, anarquista. Mas o velho Barão esclarecia melhor sua posição frente às propostas de igualdade, considerada por ele como uma afronta:

Os verdadeiros melhoramentos nunca se operam demolindo os principais alicerces do edifício social, com surpresas e emboscadas: fazem-se em luta franca, de viseira levantada, sem intervenção da mão criminosa do sicário, sem atentados contra a vida, contra a propriedade, contra a ordem, contra os salutareis princípios de direito e moralidade...⁵⁵

Na percepção de Raiol, o futuro estava ameaçado porque a nova sociedade que se construía negava o passado, procurava demolir seus antigos “alicerces” e isto traria surpresas e emboscadas. O velho Barão havia vivido no Pará o momento crítico da Cabanagem (1835-1840) no qual seus pais foram mortos. Ele dera sua vida e trabalho pela causa liberal e monárquica, lutara pela abolição e pela campanha imigrantista em São Paulo e no Pará. Escrevera cinco longos tomos sobre os Motins Políticos no Pará e sobre a necessidade de se evitar novas eclosões como as de 1835. Contudo o mundo que ele via nascer no final de sua vida parecia desmerecer toda sua luta. Raiol via na República e especialmente nos anarquistas e socialistas a volta de um antigo passado revolucionário e caótico da Cabanagem.

O próprio título, *Visões do Crepúsculo*, veiculava a idéia de um futuro ambíguo. “Crepúsculo” é um termo vago e quer dizer a claridade existente no céu entre a noite e o nascer do Sol ou entre seu ocaso e a noite. O futuro poderia ser tanto o de luz como o de escuridão. Tanto o do trabalho e prosperidade do Brasil e do mundo, quanto seu ocaso e fim. Recuperar um estudo como *Visões do Crepúsculo* é hoje perceber o quanto foi difícil a implantação das idéias socialistas e anarquistas no Brasil. Raiol não estava sozinho na defesa de que um estado

⁵⁵ Ibidem. p. 404

natural era desigual e que a luta por igualdade seria assim uma quimera. Também é importante a leitura de livros como este de Raiol porque nele percebe-se o quanto o velho mundo oligárquico tinha lá suas verdades ao perceber que a nova ordem Republicana e civilizatória que se implantava era autoritária e pouco se preocupava com as condições de vida e subsistência de seus trabalhadores. Para homens conservadores como Raiol, era fácil perceber o quanto a condição de vida dos novos trabalhadores, recém libertos do mundo da escravidão, pouco havia melhorado, e, pelo contrário, havia piorado. Contraditoriamente, em *Visões do Crepúsculo* podemos perceber nitidamente as mazelas do novo mundo moderno e desigual que abria o século XX e que até hoje insistimos em mudar.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Tito Franco de. *Monarchia e monarchistas*. Pará: Typographia de Tavares Cardoso & Cia., 1895.

BASTOS, Aureliano Cândido Tavares. *O Valle do Amazonas: Estudo sobre a livre navegação do Amazonas, estatísticas, produções, commercio, questões fiscaes do valle do Amazonas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1866.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHACON, Vamireh. *História das idéias socialistas no Brasil*. 2ª ed., Fortaleza; Rio de Janeiro: UFC; Civilização Brasileira, 1981.

COELHO, Geraldo Mártires. *Anarquistas, demagogos e dissidentes: a imprensa liberal no Pará de 1822*. Belém: CEJUP, 1993.

FERREIRA, Jorge Luiz. FILHO, Daniel Aarão Reis (orgs.). *A formação das tradições (1889-1845)*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2007.

LIMA, Abreu e. *O Socialismo*. Recife: Typographia Universal, 1852.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich, *O Manifesto comunista: comentado por Chico Alencar*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

MEDEIROS, Fernando Sabóia de. *A liberdade de navegação do Amazonas; relações entre o Império e os Estados Unidos da América*. São Paulo: Editora Nacional, 1938.

POLIAKOV, Leon. *O Mito Ariano – Ensaio sobre as fontes do racismo e dos nacionalismos*. São Paulo: Perspectiva/USP, 1974.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi. (orgs.). *História da Cidadania*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2003.

RAIOL, Domingos Antônio. *Motins Políticos ou História dos Principais Acontecimentos Políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*. Coleção Amazônica, Série José Veríssimo, Belém, Universidade Federal do Pará, 1970.

_____. *O Brasil político*. Belém: Tip. do Diário do Comércio. 1858.

_____. *Abertura do Amazonas*. Tip. do Jornal do Amazonas, Belém. 1867.

_____. *Visões do Crepúsculo – A Revista – Magazine ilustrado*. Belém: Alfredo Silva & Cia. 1898.

_____. *Juízo Crítico sobre as obras literárias de Felipe Patroni*. Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, 1º volume, 3º fascículo, Imprensa Oficial, Belém, 1900.

SILVA, Antonio Ozai da. *História das tendências no Brasil: (Origens, cisões e propostas)*. 2ª Ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1987.

SKIDMORE, Thomas E.. *O Preto no branco – Raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz. *O Espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Companhia das Letras. 1993.

VENTURA, Roberto. *Estilo Tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Tereza. *Nem barbárie, nem civilização*. São Paulo: Annablume, 2006.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Trad. Talcott Parsons. São Paulo: Martin Claret, 2004.

WILSON, Edmund. *Rumo à estação Finlândia: escritores e autores da história*. Tradução de Paulo Henriques Britto. São Paulo: Cia das letras, 1986.

Documentos impressos

Anais da Biblioteca e Arquivo Públicos do Pará. Tomo XII, Belém: SECDT, 1981.

Annaes do Parlamento Brasileiro, Camara dos Srs. Deputados, quarto ano da duodecima legislatura, Sessão de 1866, tomo III. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de Villeneuve & C. 1866.

